

Teoria E Prática Da Educação Para A Cidadania

Antônio Carlos Will Ludwig*

Abstract

This Article Deals With The Theoretical Conceptions And Procedures Related To Citizenship Education. It Aims To Expose Each Of These Concepts And Present Pedagogical Activities That Are Consonant With Them. The Conceptions Examined Were Liberalism, Communitarianism, Marxism, And Postmodernity. One Of The Emerging Conclusions Is That Communitarianism And Marxism Are Theoretical References That Fully And Consistently Support Active Citizenship And The Formation Of Active Citizens.

Key Words: *Citizenship, Liberalism, Communitarianism, Marxism, Postmodernity.*

Date of Submission: 06-07-2023

Date of Acceptance: 16-07-2023

I. Introdução

Neste artigo que versa sobre os referenciais teóricos norteadores da formação para a cidadania empregamos a pesquisa bibliográfica, a qual se baseia na procura, seleção e análise das contribuições diversificadas existentes sobre um determinado assunto em livros, revistas e endereços eletrônicos. Outrossim, utilizamos a perspectiva dialética como recurso norteador da investigação, que se assenta no pressuposto do dinamismo da realidade e possui dentre outras as categorias de historicidade, contradição e salto qualitativo.

Embora a cidadania possa ser vista como uma qualificação atribuída às pessoas pelo país onde elas nasceram ou fixaram residência ou ainda por conta de familiares que imigraram para outros recantos do mundo não pode ser olvidado que tal atribuição autoriza as mesmas a exercerem o papel de cidadãos. Observe-se que este exercício possibilita a manifestação de diversas ações no âmbito da sociedade. Assim sendo, para obter uma compreensão adequada da natureza da cidadania cabe situá-la e examiná-la em função de concepções que já se encontram devidamente estabelecidas. Porém antes de expor estas concepções se torna necessário analisar a prática da cidadania como uma das modalidades da ação humana.

II. Exercício da Cidadania

Na área da Filosofia um dos primeiros pensadores que refletiram sobre a ação humana foi Platão (1972). Em um de seus manuscritos, isto é, nos "Diálogos" que contém o seu sistema filosófico, especificamente o Fédon, ele assevera que a ação humana se manifesta por causa do objeto dos desejos pessoais que é a obtenção da verdade a qual é impossível de ser encontrada no transcurso da vida terrena pois as limitações corporais se apresentam como obstáculos intransponíveis. Também segundo ele as concupiscências decorrentes da existência corpórea conduzem o ser humano à imperiosa busca por bens materiais que são os responsáveis por todos os tipos de dissensões, conflitos, batalhas e guerras.

Esta versão platônica se torna bem mais proeminente no pensamento de Hobbes (1972). Em sua avultada obra intitulada "Leviatã" ele assevera que uma das principais ocorrências da vida em sociedade é as pessoas se transformarem em inimigas. Na busca de seus objetivos dentre os quais se destacam a própria sobrevivência e o sentimento de prazer os indivíduos empreendem esforços para subjugar e destruir os outros. De acordo com sua concepção o homem traz dentro de si três fatores que causam discórdias, quais sejam, a competição, a desconfiança e a glória. Sem a presença de um poder superior capaz de manter a todos em respeito, o viver diário torna-se uma luta de todos contra todos. Este poder para ele é o Estado, uma instituição decorrente de um pacto que emerge dotado de direito e força suficientes para impor a ordem no âmbito social.

O contratualismo em Hobbes constitui um ponto de ligação com Locke. No entanto, enquanto para o primeiro o estado original de natureza entre os homens é marcadamente caracterizado por contendas, insegurança e violência para o segundo é um estado onde predomina a paz, a harmonia, o exercício da liberdade e a fruição dos direitos naturais inclusive o de punir, plenamente reconhecido por todos os membros do grupo. Esta concepção assenta-se no pressuposto por ele assumido de que Deus deu o mundo aos homens em comum, assim como lhes outorgou a faculdade racional, ambos para serem utilizados com maior proveito para a subsistência e a convivência. A criação do Estado também é vista de modo diferente porquanto ele é decorrente de uma atitude de consentimento e não de constrangimento por parte dos integrantes da coletividade. Conforme ele assevera no "Segundo Tratado Sobre o Governo" os homens reunidos em um agrupamento com vistas a

instituir uma sociedade civil ou política precisam abandonar o poder executivo individual conferido pelo estado de natureza e passá-lo à esfera pública.

No campo da Psicologia a ação humana é explicada por algumas correntes teóricas. Uma delas é a Psicanálise. Tomando por base a obra de Freud (2011), o principal expoente da mesma, é possível perceber que a conduta pessoal é profundamente marcada pela força do inconsciente. Com efeito, segundo ele, a personalidade humana possui uma estrutura composta pelo id, ego e superego. O id constitui a vertente pulsional do indivíduo, o superego é uma espécie de censor que tende a barrar as manifestações pulsionais e o ego se revela o mediador entre o id e o superego. Embora o comportamento de cada uma seja uma resultante do intercâmbio entre estes três componentes a dimensão não consciente tende a preponderar, uma vez que as tendências instintivas e os sentimentos reprimidos interferem poderosamente nos pensamentos e nas atividades conscientes.

Ao contrário desta, a teoria cognitivista assevera que o comportamento humano é controlado pelos propósitos das pessoas. Duas concepções mais recentes (Moutinho, 2010) que se exibem de maneira complementar constituem expressões dela. A Teoria da Ação Racional aponta que os seres humanos agem em função das informações que possuem e das implicações envolvidas enquanto que a Teoria da Ação Planejada indica que a conduta pessoal gira em torno do grau de controle da própria conduta e do controle da situação onde se encontra inserido.

Na esfera da Sociologia tem-se a proposta de Weber (1979) que desenvolveu o conceito de *ação social significativa*. De maneira similar às duas teorias anteriores Weber coloca em relevo o aspecto racional e os fins e valores nela envolvidos. Assim sendo o comportamento de um indivíduo ou de um grupo sempre visa alcançar determinados objetivos através da seleção dos meios adequados. O máximo estreitamento e adequação entre fins e meios com vistas a conter ou eliminar a influência perturbadora de erros e afetos são capazes de elevar significativamente o nível da racionalidade. A validade da ação é resultante da conformidade dela com os valores e convicções assumidos.

De forma diferente, Bourdieu (1996) relativiza o poder da razão. Ele parte do pressuposto de que o indivíduo tende a agir de modo parecido com as ações praticadas anteriormente. Semelhanças com experiências passadas possibilita esperar resultados satisfatórios caso se comporte de modo parecido a condutas prévias. Este modo de se comportar ancora-se nos *habitus* pessoais, ou seja, nas disposições duráveis consequentes da influência das estruturas sociais bem como das respostas pessoais a situações ocorridas ao longo da vida. Assim sendo, a situação que o envolve juntamente com o *habitus* condicionam suas ações, porém sem determinar totalmente sua conduta pois um relativo grau de autonomia é preservado haja vista que sem ela torna-se impossível fazer alterações nos *habitus* existentes.

Estas colocações oriundas das diversas áreas do conhecimento nos permitem estabelecer algumas inferências. Pelo que disseram os dois filósofos é possível perceber que a ação humana no decorrer do tempo foi capaz de retirar os homens do estado de natureza e incluí-los numa sociedade civil e política. É nesta sociedade que os indivíduos puderam concretizar o exercício da cidadania. Mesmo levando em conta a intervenção do inconsciente na conduta pessoal bem como a influência do *habitus*, parece claro, que a ação humana envolve a percepção subjetiva e objetiva, a atividade reflexiva, a afetividade, a fixação de metas a serem buscadas e a escolha dos procedimentos adequados para alcançá-las.

Apesar de a ação humana poder ser compreendida de diversas maneiras conforme foi exposto é viável dizer que estas compreensões são capazes de ser enquadradas em uma concepção genérica e abrangente que é a práxis. A esse respeito cabe asseverar que a mesma enquanto elemento primário e imediato da realidade deixa de lado as colocações que emergiram no decorrer do tempo as quais a separaram do ser e da contemplação. Assim sendo o entendimento proposto é aquele que engloba o pensamento em vez de a ele se opor (Mora, 1971). Este liame entre o agir e o pensar se identifica com o significado convergente de práxis o qual essencialmente exprime a união entre a teoria e a prática.

A práxis em questão, isto é o exercício da cidadania, pode ser encarado como o modo mais expressivo e genuíno de ação política. Parafraseando Vázquez, (2018) devemos entender a práxis política como as atividades concretizadas por classes e grupos sociais com vistas a transformar a organização e a direção da sociedade bem como a efetivar determinadas alterações por meio da ação estatal. A atividade política se manifesta através de conflitos ideológicos, de projetos e de programas e requer o uso de meios efetivos de luta. Ela visa a conquista, a conservação, o controle e o direcionamento do Estado. Seu nível mais elevado diz respeito à práxis revolucionária que se destina a produzir transformações estruturais na vida em sociedade.

Em sintonia a esta concepção pode ser asseverada a existência de dois tipos de cidadãos, quais sejam, o passivoreferente à pessoa que, por determinados motivos, prefere realizar sua existência, predominantemente, no âmbito da esfera privada, que é o setor restrito e reservado da vida em sociedade, onde valem os interesses particulares, onde prevalece a exigência da sobrevivência, onde a intimidade se concretiza e onde a visibilidade e a transparência se encontram bastante reduzidas. Esta esfera inclui alguns espaços existentes na comunidade,

tais como o local de trabalho e a vida familiar. O cidadão passivo também é uma pessoa que costuma cumprir seus deveres para com o Estado e normalmente aceita ser governado por outros.

O cidadão ativo é o indivíduo que se considera governante. Além de estar inserido na esfera privada, realizar as atividades do cidadão passivo e cumprir suas obrigações para com o Estado, frequentemente encontra-se presente na esfera pública, especialmente em seu espaço cívico, que é o setor da vida em sociedade acessível a todas as pessoas, onde predomina o interesse geral, sendo que a visibilidade e a transparência são ampliadas significativamente. Nela valem o diálogo, a comunicação, o discurso, a argumentação e a ação conjunta que pode se voltar ao objetivo de influenciar as decisões políticas principalmente para beneficiar os setores desprivilegiados. Esta esfera inclui certos locais tais como as ruas, as praças e as redes sociais onde assuntos que se relacionam com a vida de todos são examinados e debatidos gerando decisões coletivas. Seu campo de atuação inclui os níveis local, regional, estadual, nacional e internacional.

Vale expor três importantes observações pertinentes ao cidadão ativo. A primeira diz respeito ao fato de que a quantidade de cidadãos ativos presentes nos vários recantos do planeta é bem menor que o volume de cidadãos passivos. Porém, a vigorosa atitude de comprometimento e a efetividade de suas condutas compensam a redução numérica.

A segunda é pertinente aos óbices enfrentados. Existe ainda uma clara preferência dos setores dominantes da sociedade para com a democracia representativa. Seus integrantes asseveram que é muito difícil ampliar o leque de assuntos a serem levados para decisão popular, que o aumento do tempo necessário ao debate e à votação tende a desfavorecer o interesse público e a participação no processo decisório, que a diversidade imperante no âmbito social atua para impedir a busca de consensos, que a grande maioria da população não detém os conhecimentos necessários para embasar deliberações sobre múltiplos temas relevantes. Em decorrência muitos governos não se preocupam com o desenvolvimento de políticas educacionais destinadas ao preparo do cidadão ativo. Agregue-se também o avanço da globalização que atua no sentido do enfraquecimento dos Estados nacionais, a presença do neoliberalismo decadente cujos seguidores pretendem colocar o consumidor no lugar do cidadão e as tentativas de corrosão de regimes democráticos provocada pelos próprios eleitos ao cargo presidencial.

A terceira é relativa aos limites do poder da cidadania ativa. Veja-se que os cidadãos ativos presentes nos espaços cívicos convencionais e virtuais da esfera pública, desde há muito tempo, vêm realizando muitos empreendimentos no âmbito social tais como campanhas, boicotes, denúncias, cobranças a políticos e trabalho voluntário. Algumas vezes os objetivos são plenamente alcançados, em outras são parcialmente alcançados e em outras não são alcançados porquanto uma série de fatores objetivos intervêm para facilitar ou dificultar essas diligências.

Por se tratar de ações corriqueiras destinadas à consecução de determinados benefícios, o sucesso geralmente tende a ser alcançado. Entretanto, em se tratando da luta por mudanças mais profundas que envolvam um salto qualitativo, uma reconfiguração essencial em estruturas políticas e econômicas até então relativamente estáveis é extremamente difícil contar com o desenlace desejado. Essa previsível tribulação deve à presença de outros grupos que lutam contra ou em outra direção. Portanto, as práxis intencionais divergentes podem gerar um resultado não intencional alternativo que nenhum dos grupos desejou ou buscou. Vejamos a seguir o que propõem as diversas correntes ideológicas sobre o exercício da cidadania.

III. Liberalismo

O liberalismo enquanto ideologia surgiu paralelamente ao início e ao avanço da industrialização, bem como ao lado do crescimento do mercado, do capital e do trabalho. Diversos fatores se conjugaram no final da Idade Média para produzir esta doutrina, os quais, combinados, provocaram sérias mudanças na sociedade, tais como a urbanização, a transferência do poder à burguesia e o predomínio da ciência e da técnica. Constituem notas marcantes desta ideologia o ostensivo apreço pelo individualismo, a defesa intransigente da liberdade e a valorização da paridade de direitos com vistas à fruição de vantagens.

Muitos intelectuais colaboraram para a emergência do liberalismo. Adam Smith (1974) é um deles. Sua contribuição cingiu-se à área econômica. Foi um árduo defensor da total liberdade à iniciativa privada resultante dos interesses pessoais o que significa a não ingerência ou a mínima intervenção possível do Estado no mercado. Outro é o filósofo Voltaire (1999) que se destacou pela intransigente defesa das liberdades civis, pelo combate a diversas formas de intolerância e pela luta contra os privilégios que em sua época destinavam-se ao clero e à nobreza. Um terceiro diz respeito a Montesquieu (1974), eminente pensador que se notabilizou pelos estudos pertinentes às formas de governo e principalmente pela propositura da teoria política relativa aos três poderes constituintes de um Estado democrático.

Essencialmente, os arautos do liberalismo concebem que o individualismo se revela a base da totalidade existencial que envolve os aspectos moral, político, cultural e econômico. O sujeito antecede a sociedade e se apresenta mais real que ela. Cada ser humano em particular é encarado como sendo de igual valor. A pessoa é vista como um ente solitário, fechada em si mesma, enclausurada em sua subjetividade. Seus

interesses e aspirações são postos acima de tudo. Inexiste qualquer princípio ético que possa justificar sua coação. Em decorrência o indivíduo se mostra como entidade dotada de autonomia plena.

Ao lado do individualismo, e com igual importância, coloca-se a liberdade, entendida pelos liberais como a ausência de qualquer tipo de coação e repressão sobre a pessoa. Geralmente ela se encontra associada à propriedade. A posse de bens materiais personifica a liberdade pessoal. Assim sendo, a igualdade social e econômica não pode ser buscada sob pena de se destruir a liberdade de cada um. A única forma de igualdade que deve ser garantida a todos é a de acesso ou de oportunidade. Interferir na propriedade de cada um significa violar gravemente os direitos e a liberdade do cidadão.

Para os liberais, a justiça diz respeito à manutenção de um conjunto formal de normas e procedimentos. Abarca uma estrutura legislativa destinada a conferir proteção às pessoas que lutam pela concretização de seus interesses, sendo que as questões de pobreza, disparidades econômicas e desemprego não constituem objetos de sua atenção.

Quanto à política, o liberalismo contém notas específicas. Concebe o Estado como uma entidade orgânica, constituído para realizar as aspirações comuns de todos, uma vez que ele é consequência dos desejos e dos interesses da totalidade dos cidadãos que dele fazem parte. A democracia representativa é preferida em detrimento da participativa por causa de seus possíveis excessos, porém sem negá-la. A tarefa do governo é a de manter as funções essenciais, ou seja, conservar a lei e a ordem interna, proporcionar segurança e defender a propriedade privada.

Em relação à economia, os liberais defendem que ela deve desenvolver-se sem intervenção do Estado. A liberdade do mercado deve ser assegurada a qualquer custo. Entretanto, o Estado pode interferir na economia desde que seja para defender ou promover os interesses do mercado, o que não significa, de modo algum, que ocorra favorecimento à instauração de uma economia comandada pelo Estado.

Como superestrutura ideológica do capitalismo em seus primórdios e posterior desenvolvimento, o liberalismo valoriza muito a educação. Além de formar os recursos humanos necessários ao avanço deste regime econômico a educação permite a ocorrência da mobilidade social das pessoas, favorece a robustez e a segurança do Estado e promove o bem-estar geral. Substancialmente a educação liberal tem um sentido amplo e abrangente, fortemente ligada às disciplinas de humanidades (Vicent, 1995). Entretanto, na década de oitenta do século passado o ideário liberal começou a ser alterado pelo surgimento do neoliberalismo. Seus criadores, defensores e seguidores valorizam o capital financeiro, defendem cortes na tributação, querem o controle rígido do déficit orçamentário, almejam a privatização de empresas estatais, defendem a ampla liberdade do mercado e não desejam a intervenção do Estado na economia.

O neoliberalismo, já anteriormente mencionado, enquanto superestrutura ideológica do capitalismo atual, consegue aturar apenas a democracia representativa. Seus arautos são avessos à existência de direitos sociais, desprezam as conquistas democráticas das maiorias além de defenderem que o título de cidadão só pode ser conferido ao consumidor e que o Estado não deve ofertar nada gratuitamente à população. Seu avanço em todos os recantos do mundo contribuiu para reforçar e realçar o individualismo, a meritocracia e a competitividade. No entanto, parece claro que seu alastramento não foi capaz de extinguir o valor dos direitos individuais e coletivos e da participação direta em questões relacionadas à vida de um país. Assim sendo, os partidários do neoliberalismo não demonstram nenhuma preocupação e nenhum interesse em relação à educação para a cidadania. O que realmente almejam é que os processos formativos se voltem para o mercado de trabalho pois para eles o que realmente vale é a atuação do indivíduo na esfera privada.

Porém o liberalismo tradicional e originário concede valor à cidadania a qual é vista como um título concedido às pessoas. Este título sacramenta um liame entre o indivíduo e o Estado. Em decorrência o indivíduo tem que cumprir uma série de deveres para com o Estado e este, por sua vez, tem que garantir um conjunto de direitos ao indivíduo. Este liberalismo que defende a tripartição do poder político valoriza os processos eletivos de representantes e admite o voto em plebiscitos e referendos e a elaboração de projetos de iniciativa popular. A adoção da perspectiva liberal na formação para a cidadania exige essencialmente que os educadores conscientizem os alunos a respeito de seus direitos e deveres e os preparem para serem eleitores competentes. Do ponto de vista cognitivo isto implica o conhecimento, a análise e o julgamento por parte deles a respeito das propostas dos candidatos e o acompanhamento da atuação dos eleitos. Embora possa vir a ocorrer um eventual incentivo aos discentes à participação nos projetos de iniciativa popular e na tomada de posição em referendos e plebiscitos torna-se claro e notório que a cidadania passiva conforme definida anteriormente é a preferida pelos adeptos do liberalismo.

IV. Comunitarismo

O comunitarismo, um referencial teórico sustentadora cidadania ativa originou-se na década de oitenta do século passado a partir de uma divergência em relação ao liberalismo, ou seja, quanto a um de seus pilares que é o da prevalência da figura do indivíduo. Apesar de não propor a derrocada do liberalismo ele pode ser entendido como uma corrente da Filosofia voltada para a moral e a política e que enfatiza o caráter

fortemente social do indivíduo. Tal ênfase encaminha-se a apresentar o ser humano como um ente essencialmente político, e conseqüentemente um cidadão. Segundo Bárcenas (1997) os comunitaristas defendem em primeiro lugar, que os indivíduos se socializam em comunidades, dentro de um contexto histórico e social, o qual proporciona a eles uma identidade coletiva: a cidadania. A favor desta colocação essencial, Bárcenas assevera que a teoria política liberal encara a vida coletiva como algo não social, desmembrada e dissociada. Cada indivíduo se imagina só, separado e desligado de vínculos comunitários. Ao contrário de tal visão, os comunitaristas defendem que os indivíduos mantêm fortes vinculações emocionais e cívicas com os demais.

De maneira sintética deve ser dito que esta ideologia diz respeito ao que é pertencente ou característico de uma comunidade, a qual faz referência a grupos específicos tais como as coletividades política, militar, religiosa, revolucionária, ecológica, etc. Uma cidade também pode ser alcunhada de comunidade.

Embora na atualidade o comunitarismo seja visto como uma reação ao liberalismo é sabido que no decorrer da história várias modalidades se manifestaram. A esse respeito Schimidt (2011) apresenta uma relação delas. Talvez a mais antiga diga respeito às originais comunidades cristãs que agregavam indivíduos de diferentes classes sociais, culturas e nacionalidades, disponibilizavam a todos os bens de cada um e concretizavam frequentemente reuniões domésticas.

Dentre outras menciona também o movimento anarquista desejoso de substituir o Estado pela sociedade, cujos seguidores valorizam o apoio mútuo, a cooperação e a solidariedade, encorajam a implantação de cooperativas e apoiam as múltiplas formas de organização popular incidentes na educação, na assistência, no lazer. Cita ainda as localidades onde o pensamento autoritário foi colocado em prática. Como exemplo aponta o nazismo na Alemanha que fez uso intensivo do conceito de "volks-gemeinschaft" cujo significado é o de comunidade popular. Tal conceito fundava-se na crença da genuína igualdade dos alemães e na admissão incontestável das diferenças que os distinguem dos demais povos da terra. Outrossim expôs as características do denominado republicanismo cívico que enfatiza a ideia do bem comum, valoriza a virtude cívica e incita a participação política dos cidadãos nas questões governamentais. É central em tal concepção a assertiva de que o homem virtuoso é aquele que não tem dúvida de que a realização do bem comum é condição para a concretização do bem individual porque assume como certo que o bem comum tem total precedência sobre o interesse privado.

Atualmente podem ser apresentados dois exemplos de experiência comunitária. Um deles é pertinente ao município de Marinaleda situado na província de Sevilha na Espanha. Quase todos os habitantes desta cidade trabalham numa cooperativa de alimentos e recebem um piso salarial definido coletivamente. Embora tenha um grupo atuante de vereadores todas as questões relativas a impostos, emprego, habitação e outras também relevantes passam pelo julgamento popular durante as várias dezenas de assembleias que ocorrem anualmente. Outro exemplo situa-se na região norte da Itália cujos moradores exibem um padrão de engajamento cívico muito elevado e dinâmico. Seus habitantes são bastante ativos, a maior parte da população costuma se envolver em atividades nas múltiplas organizações sociais, são dotados de espírito público, predomina entre eles um igualitarismo nas relações políticas e a organização da sociedade se baseia nas condutas de colaboração e de confiança mútua.

Aristóteles (2002) é o filósofo mais antigo que confere fundamento ao comunitarismo inicialmente referido. Segundo este pensador o homem é um animal político, ele não se mostra como um ser completo em si mesmo, conseqüentemente necessita de outros seres humanos para buscar a sua plenitude. De acordo com Aristóteles a virtude mais importante na vida política democrática é a dedicação aos assuntos públicos com vistas à realização do bem comum que é capaz de concretizar a solidariedade, a unidade e a perenidade da república. Esta participação cívica se refere ao envolvimento direto dos cidadãos nas assembleias periodicamente realizadas para a tomada de decisões.

Hegel (2000) também oferece a sua contribuição. Para ele o aspecto público do homem é um dos traços principais de sua natureza e a cidade é o lugar onde deve permanecer. Enquanto um ser livre e orientado pela moral ele só se realiza vivendo em comunidade. A família emerge como o grupo inicial responsável pelo ponto de partida de seu desenvolvimento ético o qual possui uma relevância especial no preparo para a vida no âmbito da sociedade civil onde é possível efetuar o convívio social e praticar a liberdade individual.

Uma colaboração muito importante vem de Parsons (2010). Para este sociólogo o ato pessoal deve ser compreendido como um sistema composto por quatro elementos: um agente, um objetivo orientador, uma situação determinada e um conjunto de meios adequados ao alcance do objetivo. Neste sistema o elemento situação envolve outras pessoas, suas ações mais os efeitos das mesmas no conjunto. Assim sendo, segundo ele, "os homens não só reagem a estímulos, mas também, em algum sentido, tentam fazer com que sua ação esteja de acordo com padrões que são, por parte do ator e de outros membros da mesma coletividade, considerados desejáveis. Isto indica que existe um aspecto voluntário no comportamento humano e que, portanto, nem todas as ações individuais são condicionadas. Este traço arbitrário da conduta mostra-se muito importante para a perenidade social que é consequência e um equilíbrio entre a liberdade de cada um e os influxos da

padronização cultural. Em decorrência Parsons julga que os indivíduos podem se organizar, instituir compromissos coletivos e forjar consensos que viabilizam o surgimento de uma sociedade estável e produtiva.

Embasados nestes referenciais alguns autores deram vida ao atual comunitarismo. Um deles é Charles Taylor (1997). Uma das suas principais preocupações incidiu no campo da moral. Segundo seu ponto de vista o tratamento dado à moral tem se mostrado defeituoso porquanto seus estudiosos continuam mais interessados em definir o que é a obrigação e a conduta correta do que estabelecer a natureza do bem, do bom ser e da lealdade humana. Sua reflexão englobou também os temas pertinentes ao respeito à vida, ao bem estar, à justiça, à dignidade das pessoas e ao que torna a vida satisfatória e significativa.

Outro pensador responsável pela sua construção é Michael Waizer (1999) que concede uma atenção especial ao tema da individualidade. Em sua abordagem sobre o mesmo diz que as identidades humanas são construídas no desenrolar da história por meio de um diálogo de um com o outro o que exige a manifestação de uma atitude de mútuo reconhecimento. Outro tema relacionado a este e por ele abordado diz respeito à reação de tolerância que é responsável pela coexistência pacífica entre agrupamentos humanos. Ele destaca a importância dos modelos de tolerância que estão sendo implantados em várias regiões do mundo em decorrência dos crescentes fluxos migratórios e do consequente avanço do multiculturalismo.

Alasdair Macintyre (1991) também faz parte do grupo que agrega os principais responsáveis pelo novo comunitarismo. Dentre as inquietações basilares que o afetam destaca-se a temática da racionalidade e da inteligibilidade das atitudes e compromissos morais e sociais exibidos pelas pessoas. Este assunto é relevante porque nos dias que correm tem se revelado bastante difícil por exemplo, estabelecer um entendimento a respeito da natureza da justiça pois existem pessoas e grupos que adotam convicções rivais e conflitantes não embasadas em justificações racionais. Ele lembra que o Iluminismo tentou, mas não foi capaz de executar a contento esta tarefa porque defendeu que tais justificações deveriam ancorar-se em princípios racionais independentes de todas as particularidades sociais e culturais de lugares e épocas específicas.

Como pode ser notado a concepção comunitarista se revela como um fundamento totalmente consoante ao exercício da cidadania ativa. Cabe observar que a formação para este exercício apoiado nesta concepção indica que os alunos devem adquirir determinados conhecimentos relacionados à democracia, cidadania, governo, Estado, justiça, igualdade, etc. Devem também desenvolver algumas habilidades tais como as de comunicação, de redação de documentos, de lidar com divergências e adquirir certas atitudes dentre as quais podem ser mencionadas as de iniciativa, de cooperação e de solidariedade. Existem alguns expedientes disponíveis e sobejamente já postos em prática que se mostram bem adequados à viabilização desse aprendizado.

Um deles é o trabalho voluntário realizável em hospitais, asilos, escolas, prisões e outros setores da comunidade. É sabido por muitos que esta atividade vem sendo praticada por milhões de pessoas nos Estados Unidos da América do Norte, na Europa, no Brasil e em muitos recantos do mundo. Outro é o *service learning* ou aprendizado de serviço que é bastante empregado pelos estadunidenses e europeus. Podemos entender o *service learning* como uma proposta complexa que envolve as concepções de necessidades sociais, trabalho na comunidade, aprendizagem curricular, participação, cooperação, reflexão e parceria. Ele sempre se inicia com um exercício de exame da realidade para determinar o tipo de intervenção mais apropriado. Do ponto de vista pedagógico o *service learning* é uma metodologia centrada no aluno a qual requer a sua intensa participação. O mesmo se mostra como uma atividade caracteristicamente grupal cuja cooperação normalmente envolve as pessoas que estão sendo ajudadas bem como requer o estabelecimento de parcerias entre instituições.

Acrescente-se à estas duas as Campanhas Cívicas estimuladoras do respeito e da valorização da coisa pública. Elas visam a aquisição de máquinas e instrumentos para as prefeituras, a reparação e a conservação das mesmas e a construção e a preservação de logradouros públicos. As Campanhas de Sensibilização também são muito relevantes e dizem respeito ao ato de intervir no campo das emoções e da afetividade das pessoas, de levá-las a perceberem as coisas de modo diferente, de sentir o que antes não sentiam, de internalizar determinadas informações e refletir sobre elas. Estas campanhas se voltam para o combate ao fumo, ao alcoolismo, ao uso de drogas e ao boicote a produtos inadequados postos à venda no mercado. As Campanhas Filantrópicas são aquelas voltadas para a busca de doativos tais como roupas, comida, dinheiro, materiais diversos, aparelhos e instrumentos para instituições da comunidade, organizações não governamentais, grupos de pessoas ou um determinado indivíduo.

V. Marxismo

Há quem diga que a proposta de exercício da cidadania conforme defende o marxismo permite enquadrá-lo como uma modalidade do comunitarismo. Apesar de ambas as concepções serem próximas particularmente no que diz respeito às ações cooperativas e solidárias consideramos não ser possível aceitar este enquadramento porque ambos se mostram totalmente diferentes num aspecto substancial. Os seguidores do comunitarismo almejam a manutenção do equilíbrio e da estabilidade social enquanto que o marxismo tem a pretensão de provocar alterações radicais na vida em sociedade além das modificações conjunturais.

Em um dos principais textos do marxismo, o *Manifesto do Partido Comunista*, esta pretensão aparece claramente. Nele Marx e Engels (1975) asseveraram que o objetivo imediato dos comunistas é o mesmo de todos os partidos proletários: formação do proletariado em classe, liquidação do domínio da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado. A esse respeito é importante destacar que a partir de um determinado momento da história, ou seja, após a derrocada da Comuna de Paris, Engels (1986) na obra *As Lutas de Classes na França* afirmou que o combate nas barricadas que até 1848 fora decisivo em toda parte estava consideravelmente ultrapassado. Disse também que passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes. Isto significa que a implantação de mudanças no âmbito social não mais deveria ser feita por meios violentos.

Dois motivos relevantes provocaram esta mudança de postura. Um deles foram os recursos disponibilizados à burguesia decorrentes da evolução do capitalismo. Tal avanço proporcionou a ela instaurar a imposição do poder via aprimoramento do aparelho estatal e introdução de novos modos de repressão e coerção. A esse respeito Engels (1986) mencionou a corporação militar que passou a dispor de canhões e de tropas de engenharia inteiramente equipadas e treinadas, meio de combate que quase sempre faltam de todo aos insurgentes. Aliado a esta ocorrência tem-se o controle do Estado burguês dos meios de dominação ideológica, ou seja, os aparelhos ideológicos do Estado posteriormente descritos por Althusser (1985), que são bastante eficientes para incutir uma consciência burguesa nos integrantes das demais classes e camadas sociais, a qual é totalmente avessa a movimentos revolucionários.

O segundo motivo foi a presença da democracia representativa que tornou possível a introdução de novas formas de luta. Segundo Engels (1986) o Manifesto proclamou claramente a conquista do sufrágio universal da democracia como uma das primeiras e mais importantes tarefas do proletariado militante. Além do voto Engels e Marx (1975) também valorizaram os partidos. Com efeito, disseram que os comunistas de toda a parte trabalham para a aliança e o entendimento dos partidos democráticos de todos os países.

A esse respeito Engels (1986) mencionou a presença dos filiados da social democracia na Alemanha que cresceu vertiginosamente durante seguidos anos e obteve crescentes dividendos políticos. Os partidos de esquerda de então foram capazes de promover agitações eleitorais favoráveis ao contato com as massas populares, principalmente aquelas que se encontravam distantes do jogo político e obrigaram os integrantes de outros partidos a se defenderem perante o povo dos ataques feitos pelos socialistas. Membros da classe operária passaram a ocupar postos em instâncias estatais dominadas pela burguesia tais como os conselhos municipais e as juntas de trabalho. Ressaltou também que em várias nações ocorreu o triunfo dos partidos progressistas, dentre os quais citou a França, a Bélgica, a Suíça, a Itália, a Dinamarca, a Áustria e a Romênia.

Marx (1986) também concedeu destaque aos processos eletivos. Em meados do século dezenove os constituintes franceses se mostravam favoráveis ao sufrágio universal. Frente a este fato ele asseverou que tal sufrágio se inclinava a diminuir significativamente as garantias políticas do poder burguês. Segundo ele, encerrava o domínio político da burguesia nos limites de algumas condições democráticas que a todo momento eram um fator para a vitória das classes inimigas e punham em perigo os próprios fundamentos da sociedade burguesa.

O apreço a este processo apareceu notoriamente em seus comentários sobre a Comuna de Paris que era constituída por conselheiros municipais selecionados pelo voto nos diversos distritos da cidade e se mostrava como uma genuína forma de governo da classe operária. Marx (1986) apontou como uma peculiaridade relevante desta instância administrativa a diretriz de mudar periodicamente seus integrantes bem como expressou seu apreço ao dizer que o sufrágio universal deveria servir ao povo organizado em comunas.

Parece claro que estas colocações feitas por Engels e Marx a favor das eleições, do voto e do partido possibilitam inferir que eles os valorizaram porque tornaram concretas a aspiração e a capacidade do povo de nortear as decisões governamentais em consonância ao discurso de que a democracia não só é mas tem que ser realmente o governo do povo, pelo povo e para o povo ou o genuíno governo da soberania popular. Note-se, entretanto, que a situação política de então era bem diferente da atual porquanto nos dias que correm encontra-se em expansão e aprofundamento uma notória crise de representatividade. Embora não existissem ainda na época em que viveram, os mecanismos da democracia direta referentes à destituição de governantes e os projetos de iniciativa popular certamente seriam imediatamente aprovados por ambos uma vez que conferem mais poder aos cidadãos comuns.

Gramsci (1988) também concedeu valor à democracia embora tenha acrescentado a ela uma conotação pessoal. Segundo Grisoni e Maggiori (1973), estudiosos deste filósofo, Gramsci não abordou o conceito de democracia entendido como sistema de organização política do Estado. Ele também não se restringiu ao seu significado primordial de poder do povo ou soberania popular, pois adicionou o vocábulo *povo dirigente*. Acrescentou ainda a expressão *centralismo democrático*, por oposição ao *centralismo burocrático*.

O sentido atribuído por Gramsci à democracia aparece de maneira clara em seu livro *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, na seção em ele trata do tema relativo à escola única que é destinada a ensinar o aluno a pensar, estudar e controlar ou dirigir aqueles que dirigem. Ela deve ter por objetivo principal fazer com

que cada cidadão possa se tornar governante, pois segundo Gramsci a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados, no sentido de governo com o consentimento dos governados, assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e preparação técnica geral ao fim de governar.

Embora tenha adotado uma abordagem diferente Poulantzas (1985) também manifestou um apreço pela democracia. Em uma de suas obras, na parte em que abordou as relações entre o socialismo e a democracia, este apreço aparece de maneira notória. Antes, porém, ele ressaltou que Marx não deixou mais do que algumas vagas indicações, todas no sentido de uma estreita relação entre socialismo e democracia. Logo no início desta parte ele asseverou que Marx não fez nenhuma apologia das instituições pertinentes à democracia representativa e das liberdades políticas por ela garantidas. Segundo ele Marx defendeu que elas devem ser substituídas pela democracia direta na base, com mandato imperativo e revogável.

Segundo Poulantzas as liberdades e as instituições da democracia representativa que foram também uma conquista das massas populares precisam ser devidamente articuladas com o desenvolvimento das formas de democracia direta na base e a proliferação de focos autogestores. Uma articulação bem sucedida se apresenta como uma via democrática para o socialismo, para a efetivação de um socialismo democrático e, consequentemente, para a transformação radical do Estado rumo à sua possível eliminação da vida em sociedade.

Este referencial teórico de cunho marxista serve para embasar o processo de preparação de um tipo específico de cidadão ativo. Embora ele possa desenvolver os conhecimentos, habilidades e atitudes que são próprias daquele formado segundo a concepção comunitarista o mesmo tem que apresentar particularidades consoantes. Em relação ao aspecto cognitivo ele precisa se voltar para o exame sobre os partidos progressistas principalmente quanto as suas propostas e modos de proceder, se familiarizar com as formas de atuação política e principalmente se aprofundar nos estudos sobre as concepções de Estado e de organização da sociedade em função da existência de classes sociais antagônicas. Necessita aprimorar as habilidades de falar em público, redigir petições, moções e denúncias e organizar manifestações grupais. As atitudes de coragem, resistência e perseverança são fundamentais.

Encontram-se disponíveis alguns expedientes favoráveis a este aprendizado. A *desobediência civil*, derradeiro recurso democrático disponível é um tipo de protesto que pode e deve ser concretizado em decorrência de injustiças e ilegalidades praticadas por governantes. O envolvimento com *atividades partidárias*, realizadas por parlamentares são importantes porque podem resultar na elaboração de projetos de iniciativa popular. A insistente *cobrança a políticos* favorece a viabilização dos interesses populares e amaina a crise de representatividade. O engajamento em *movimentos sociais* dos mais diversos tipos é muito significativo porque inclina-se a auxiliar o fortalecimento deles. A prática de *ouvir a voz da comunidade* requer o deslocamento pelas ruas do município para entrevistar as pessoas a respeito de suas demandas, insatisfações e propostas. Após registrá-las e organizá-las elas podem ser encaminhadas para os meios de divulgação, ou seja, os jornais e as rádios da cidade, os canais regionais de televisão e as redes sociais. Ao mesmo tempo são enviadas aos poderes executivo e legislativo com vistas à obtenção do devido retorno.

VI. Pós-Modernidade

Embora os três referenciais teóricos anteriormente examinados se caracterizem pela singularidade eles se mostram unidos em decorrência de um aspecto essencial, ou seja, todos são produtos da modernidade. O conceito liberal de cidadania que diz respeito a uma relação entre o indivíduo e o Estado baseada em obrigações recíprocas previstas em lei não é negada nem pelo comunitarismo e nem pelo marxismo. A prática da cidadania nesta tríade tem também em mira a vida em sociedade, sendo que no liberalismo e no comunitarismo o escopo principal é o de colaborar com a governabilidade visando manter o seu equilíbrio e a sua estabilidade enquanto que no marxismo a finalidade fundamental é a de transformá-la incessantemente rumo ao socialismo. Cabe questionar se estas inferências se aplicam à pós-modernidade. Para dar uma resposta plausível é preciso expor um entendimento a seu respeito.

Os adeptos da pós-modernidade acreditam que ela se refere ao estágio contemporâneo da civilização cujo marco inicial é datado a partir de meados do século vinte. Faz parte desta crença que a mesma exprime uma ultrapassagem do período moderno que por sua vez se constituiu numa superação da época pré-moderna. Apenas para auxiliar a compreensão é importante lembrar que os dois traços mais destacados da época pré-moderna, que perdeu por mais de dois mil anos e começou a ser deixada para trás no decorrer do Renascimento foram a visão de mundo que agregava o senso de equilíbrio, a harmonia universal, a finitude das fronteiras e a imutabilidade das coisas e o predomínio de concepções míticas, mágicas e religiosas. O ciclo da modernidade apresentou a industrialização, a ideia de homem como um ser autônomo e racional e a valorização da técnica e da ciência como características realçadas.

De modo sintético pode ser dito que a pós-modernidade se assenta em uma cosmovisão a qual indica que a realidade social é predominantemente instável, descontínua, efêmera, fragmentada, caótica, incerta e que a história humana caminha em direção a rumos indefinidos. Para viver nesses novos tempos o ser humano tem

que ser bastante flexível, exercitar ao máximo a sua liberdade, uma prescrição que o aproxima do liberalismo, exibir níveis elevados de protagonismo, construir sucessivos projetos de vida e comprometer-se com o desenvolvimento contínuo de suas múltiplas dimensões, dentre as quais se encontra a capacidade racional vista como tendo o mesmo valor das demais. Note-se que diversos acontecimentos contribuíram para a configuração do pensamento pós-moderno.

Um deles é a emergência da Física contemporânea que se assenta no pressuposto indeterminista, segundo o qual inexistem leis naturais e relações de causa e efeito, o que elimina a viabilidade de se estabelecer previsões. Este indeterminismo tem como principal ponto de apoio o “princípio da incerteza” reinante nas partículas atômicas. Tal princípio indica que não é possível em qualquer situação e ao mesmo tempo ter um conhecimento preciso e absoluto a respeito da posição e da velocidade dessas partículas. O indeterminismo também está presente no mundo macroscópico, isto é, no movimento dos corpos celestes. Assim sendo, tende a obrigar os físicos a lançarem mãos do cálculo probabilístico que se aplica a fenômenos imprevisíveis, porém com chances extremamente remotas de acerto dada a natureza deste tipo de cálculo.

A matemática também fornece certos tipos de cálculo usados por aqueles pesquisadores ligados à Teoria do Caos. Segundo esta teoria, caso ocorra uma minúscula alteração no momento em que um evento qualquer se inicia, sérias, desconhecidas e imprevisíveis consequências podem emergir mais à frente. Tais cálculos são empregados em muitas áreas, tais como os fenômenos meteorológicos, os movimentos das placas tectônicas e o crescimento populacional.

Em meio a estas visões cosmológicas divergentes surgiram concepções diferentes no âmbito da Filosofia da Ciência. A esse respeito podemos mencionar Thomas Kuhn (2003) que aponta a presença de paradigmas que são seguidos pelos pesquisadores. Estes paradigmas ou modelos de interpretação do mundo, devidamente reconhecidos no campo da ciência, apesar de durarem certo tempo, frequentemente sofrem um processo de substituição, como por exemplo, a teoria da gravidade de Einstein que superou a de Newton.

Outro exemplo faz referência a Karl Popper (1993), que defende a ideia da refutação de modelos cujo significado diz respeito à permanência de uma determinada teoria que é aceita como verdadeira até o momento em que seja possível contradizê-la por meio da experiência empírica. Cabe citar ainda Paul Feyerabend (2007) e sua proposta do “anarquismo epistemológico” cujo significado é o de que o pesquisador não deve recusar o exame de qualquer ideia que se apresente por mais absurda e imoral que seja, bem como deve considerar que método algum é imprescindível no trabalho de investigação, mesmo porque muitos conhecimentos foram produzidos de maneira alternativa e continuam se mostrando relevantes.

Também é importante o surgimento da denominada “era pós-industrial”. Aqueles que acreditam que estamos imersos em um novo momento econômico da história asseveram que ele é bem diferente do anterior, tende ao crescimento e absorve a maior parte dos trabalhadores. Esta ocorrência inclina-se a minar duas concepções fundamentais pertinentes tanto ao marxismo estruturalista quanto ao marxismo dialético. Uma delas é a da reprodução das relações de produção e a outra é a da luta de classes como motor da história, pois tais concepções encontram-se assentadas basicamente no capitalismo industrial.

Segundo Castells (2000), o atual lapso da civilização se caracteriza pelo fato de que o processamento e a transferência da informação são as fontes básicas da produtividade e do poder. Nos dias que transcorrem, o conhecimento e todas as ações nele fundamentadas se apresentam como os elementos destacados de qualquer atividade econômica. Com efeito, ele emerge no momento atual como o fator mais importante para a produção e a geração da riqueza, da prosperidade e do bem-estar de muitas pessoas. A denominada sociedade do conhecimento revela, portanto, sua dimensão essencial, que é da transformação social, política, cultural e econômica contínua e crescentemente acelerada, haja vista a marcante interconexão entre as diversas regiões do mundo.

Outro tema também muito relevante abordado por Lyotard (2002) diz respeito às metanarrativas. Ele menciona que os metadiscursos produzidos no período moderno de nossa história, tais como “o desenvolvimento da riqueza” e “a emancipação do sujeito racional”, constituem atos de legitimação do saber, os quais, nesta época pós-moderna, tornam-se desacreditados. Sem dúvida isto afeta em cheio o marxismo por ele indicar a possibilidade de superação da sociedade capitalista rumo ao socialismo. Pensamos que a crítica sobre a metanarrativa da emancipação do sujeito racional, feita pelos arautos da pós-modernidade seja a mais importante das ocorrências até agora mencionadas, pois a razão humana foi a grande responsável pelo desenvolvimento da sociedade durante séculos, tanto em seus aspectos positivos quanto negativos. Com efeito, os defensores da concepção pós-moderna asseveram que se faz necessário abandonar o projeto do iluminismo de busca da emancipação humana através do emprego da racionalidade, uma vez que o desejo de dominar a natureza a ele inerente resultou no domínio dos seres humanos. A previsibilidade de uma história humana universal revelou-se ilusória porque não levou em conta o desenrolar dos acontecimentos que é carregado de incertezas e indeterminações.

Mencione-se ainda o avanço da globalização que está produzindo dois efeitos notórios. Um deles diz respeito à contenção do funcionamento dos Estados Nacionais que tende a esmorecer significativamente a

garantia de concretização dos direitos de cidadania. O outro se refere ao fenômeno do multiculturalismo que se encontra manifestando em todas as regiões do mundo ao lado de uma cultura dominante. Este acontecimento pode abalar a identidade cultural de uma nação por meio do hibridismo das culturas singulares bem como gerar um movimento de resistência a uma possível pretensão de homogeneidade cultural.

Frente a este nebuloso e movediço cenário cabe questionar a respeito do tipo de educação e de educando que lhe é consonante. Uma resposta coerente foi apresentada por Pourtois e Desmet (1997). Segundo eles o projeto educacional pós-moderno assenta-se na concepção de *emergência do sujeito* a qual requer que o indivíduo seja considerado como *ator e autor* e como alguém que se empenha em garantir a própria *autodeterminação e emancipação*. De acordo com ambos o reconhecimento deste sujeito indica uma passagem da existência de *um em si* caracterizado pela integração social e pela participação na obra coletiva ao *eu*, isto é, ao ator de uma vida pessoal, a um sujeito individual que não se pauta pelas regras da sociedade, alguém disposto e capaz de lutar contra a ordem estabelecida e os determinismos sociais. É um sujeito condenado a viver na incerteza, em angústia, porém buscando encontrar-se a si mesmo, estabelecendo seu próprio destino e gerenciando as incertezas e as imprevisibilidades. Foucault (2006) reforça o entendimento dessa emergência por meio do comportamento denominado *cuidado de si* como condição imprescindível para a realização de ações no âmbito da sociedade.

A formação de um sujeito assim caracterizado exige um ambiente democrático na sociedade que possibilite a ele se manifestar tal como desejo o que inclui o direito de reivindicar direitos. O tipo de democracia requerido é aquele proposto por Laclau e Mouffe (2015), os quais se sintonizam com a pós-modernidade. Ambos defendem a proposta da *democracia radicalizada*, entendida como aquela que tem por objetivo principal a luta contra todas as formas de subordinação inclusive aquela resultante das relações capitalistas de produção, o mesmo propósito do marxismo. Ela se baseia na generalização de uma lógica de equivalência e igualitarismo que não se coaduna com a concentração do poder. Embora admitam que todo projeto de democracia radical possui uma dimensão socialista tal dimensão se apresenta apenas como um dos componentes deste projeto, não sendo, portanto, nem o principal nem o único. De modo contrário à versão marxista asseveram que as contendas que acontecem na vida em sociedade com o intento de transformá-la, não devem ser vistas pelo paradigma do enfrentamento entre classes sociais e sim pelo modelo da pluralidade de agentes ou o conjunto de movimentos sociais que se encontram voltados para causas ecológicas, feministas, políticas, etc. Esses movimentos emergem, permanecem por um tempo e tendem ao desaparecimento quando perdem força ou alcançam a finalidade pretendida.

Em função dessas colocações é possível inferir que a conduta do sujeito pós-moderno se mostra indicadora de que ele pode ser considerado como um cidadão ativo. Entretanto, pelo que foi visto, sua atuação, primordialmente, tem a ver com suas aspirações pessoais, ou seja, seu dinamismo na esfera pública que se circunscreve aos movimentos sociais possivelmente tende a acontecer apenas para colher benefícios individuais apesar desses movimentos se fortalecerem com sua presença e empenho e o objetivo conquistado favorecer todo o conjunto.

Parece que tal ocorrência contraria a noção de cidadania que foi construída durante séculos e que aponta a figura do cidadão com alguém que atua a favor da coletividade. Observe-se que na concepção liberal o cumprimento de direitos e deveres auxilia a governabilidade representativa que teoricamente age em função do bem comum. Na concepção comunitarista este favorecimento acontece por meio de ações individuais e coletivas na comunidade asquais inclinam-se a beneficiar segmentos sociais específicos. Na versão marxista tais ações são norteadas pela ideia de construção de uma sociedade socialista isenta de desigualdades e injustiças. Apesar da validade dessas alegações qualquer adepto da pós-modernidade possui a capacidade necessária para expor o argumento de que as profundas alterações sociais consequentes do advento desta nova era foram capazes de produzir um novo tipo de cidadão.

Este tipo de cidadão também requer uma formação apropriada. Em relação ao aspecto cognitivo ele necessita familiarizar-se com os diversos tipos de necessidades que todo ser humano possui, tornar-se consciente de que é um indivíduo que pode exigir direitos além dos previstos, saber que sua auto realização depende de sua atuação no âmbito da sociedade a qual exige o conhecimento das diversas formas de ações conjuntas que se coadunam com seus interesses e aspirações. Na área afetiva precisa desenvolver as atitudes de iniciativa, perseverança, cooperação e exibir a disposição de continuar aprendendo por toda vida. No campo das habilidades deve burlar as capacidades de falar em público, redigir documentos reivindicatórios e organizar mobilizações coletivas. O constante envolvimento com movimentos sociais é a melhor maneira de realizar todo este aprendizado.

VII. Considerações Finais

De acordo com as colocações expostas anteriormente o exercício da cidadania foi concebido como um espelhamento da práxis o qual se mostra como o mais significativo e autêntico modo de ação política. O entendimento de tal exercício levou em conta a existência de duas modalidades de cidadania, ou seja, a passiva e

a ativa. As esferas pública e privada foram empregadas para diferenciar uma da outra. Assim sendo a passiva foi compreendida como a atuação quase que exclusiva na esfera privada e a ativa foi interpretada como uma frequente atuação no espaço cívico da esfera pública.

Foram apresentados quatro referenciais teóricos que servem de fundamento a este exercício. O liberalismo que o concebe como o cumprimento de deveres e o gozo de direitos bem como a ação de votar nas eleições periódicas para a escolha dos representantes encarregados de governar. O comunitarismo que adota a versão de que tal exercício, prioritariamente, faz referência às múltiplas ações individuais e grupais espontâneas realizadas em benefício da coletividade. O marxismo que é próximo ao comunitarismo por valorizar as atividades favorecedoras da coletividade, com prioridade aos segmentos sociais menos favorecidos, e realizar ações destinadas a mudar radicalmente a sociedade rumo ao socialismo. A pós-modernidade que elege o empoderamento do sujeito como condição imprescindível para atuar em uma sociedade que passa por rápidas e constantes mudanças provocadoras de incertezas as quais impedem identificar o norte que ela está tomando.

Apesar das concepções de cidadania e de seu exercício se pautarem pela singularidade foi apontado que as três primeiras são resultantes da modernidade e expressam o sentido tradicional de favorecimento a um conjunto de pessoas que vivem em uma sociedade organizada e relativamente estável. Observe-se, entretanto, que o liberalismo se aproxima muito mais da cidadania passiva do que da ativa, enquanto o comunitarismo e o marxismo fundamentam de modo pleno e consistente a cidadania ativa e a formação do cidadão ativo. Por sua vez a versão pós-moderna ao decretar o caos social inverte os polos e elege o sujeito como entidade principal. O argumento usado se refere à premente necessidade de existirem pessoas altamente qualificadas e dotadas de uma inabalável capacidade de autogoverno para lidarem adequadamente com as incertezas, as indefinições, as fragmentações e a perda de rumos que vicejam de modo acentuado no ambiente social. Assim sendo na medida em que o tempo passa vai se tornando mais necessário destinar mais tempo à qualificação dos indivíduos para realizar estas duas tarefas e diminuir cada vez mais o tempo que pode ser destinado à formação para o genuíno exercício da cidadania no espaço cívico da esfera pública.

O pensamento pós-moderno tende a se mostrar atraente, talvez por causa da sua perceptível coerência uma vez que seus autores conseguiram tecer uma argumentação consoante às evidências empíricas. No entanto, observamos que é possível questionar a sua aparente firmeza. Com efeito muitos dizem que a pós-modernidade não possui existência real. Alguns asseveram que se trata de uma modernidade tardia marcada pelo significativo aumento da imprevisibilidade face à crescente ação humana sobre a natureza e pela expansão da autonomia das pessoas, outros afirmam que estamos imersos em uma modernidade líquida que é decorrente do surgimento de novas tecnologias e do avanço da globalização e que provoca a debilidade das relações interpessoais e a efemeridade dos valores e há também aqueles que dizem que se trata de uma modernidade inacabada onde a diferenciação entre ciência, moralidade e arte se perdeu no fluxo da vida cotidiana.

Vale dizer também que os questionamentos feitos pelos pós-modernos à razão têm validade limitada pois aplica-se parcialmente apenas à razão instrumental uma vez que a ciência e a técnica continuam em destaque e não à razão crítica. Cabe mencionar ainda que face ao crescente aumento das desigualdades e injustiças no mundo decorrentes do avanço da globalização neoliberal que é a maneira como o capitalismo se manifesta nos dias que correm, nunca se evidenciou tão necessária a recorrência ao imaginário utópico e às metanarrativas, particularmente a socialista a qual aponta que o capitalismo não constitui o fim da história. Frente a tais colocações parece viável dizer que a pós-modernidade não se revela como um referencial teórico bem adequado e bastante firme para sustentar uma concepção de cidadania, de exercício da cidadania e de educação para a cidadania.

Derradeiramente cabe justificar a desconsideração para como anarquismo e asocial-democracia. Observe-se que a social democracia postula a realização dos ideais de igualdade e justiça sociais, defende a preservação e ampliação das liberdades democráticas, almeja a equidade e condena a manutenção de privilégios e desigualdades excessivas. Segundo seus seguidores, estas bandeiras só podem ser concretizadas por meio de muitas lutas praticadas pelos cidadãos integrantes dos diversos países em função de um projeto reformista. Entretanto, eles pressupõem que não cabe aos estabelecimentos educativos preparar as pessoas para participar ativamente da vida política porquanto as escolas não detêm o poder suficiente para garantir o rumo social de cada aluno, a ideologia que adotará e a proposta política pela qual lutará.

O anarquismo faz uma vigorosa defesa da liberdade que é vista como ausência de compulsão intencional, bem como revela um sério compromisso para com o tema da igualdade. Seus adeptos são partidários de ações revolucionárias visando extirpar a propriedade privada, a atividade exploradora e as diversas formas de opressão. Porém, consideram que o despertar da revolução social não depende apenas da educação e que ela não se mostra como o mais relevante elemento desencadeador. Além disso os anarquistas abominam o Estado pois ele é sinônimo de coerção e violência. Assim sendo a principal pugna a ser travada é da sua completa eliminação juntamente com os aparelhos de repressão que dele fazem parte. Ressalte-se, entretanto, que a existência do cidadão depende, obrigatoriamente, da presença do Estado pois a cidadania se define como uma relação entre ele e as pessoas na forma de direitos e deveres recíprocos.

Referências Bibliográficas

- [1]. ALTHUSSER, Louis. Ideologia E Aparelhos Ideológicos De Estado. Lisboa: Editorial Presença, 1985
- [2]. ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Martin Claret, 2002
- [3]. BÁRCENAS, Fernando. El Oficio De La Ciudadanía. Barcelona: Paidós, 1997
- [4]. BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. Campinas: Papirus, 1996
- [5]. CASTELLS, Manuel. A Sociedade Em Rede. São Paulo: Paz E Terra, 2000
- [6]. FEYERABEND, Paul. Contra O Método. São Paulo: Unesp, 2007
- [7]. FOUCAULT, Michel. A Hermenêutica Do Sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2006
- [8]. FREUD, Sigmund. O Eu E O Id. São Paulo: Companhia Das Letras, 2011
- [9]. GRAMSCI, Antonio, Os Intelectuais E A Organização Da Cultura. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1988
- [10]. HEGEL, Friedrich. Princípios Da Filosofia Do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- [11]. HOBBS, Thomas. Leviatã. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores, V. 14)
- [12]. KUHN, Thomas. A Estrutura Das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 2003
- [13]. LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia E Estratégia Socialista: Por Uma Política Democrática Radical. São Paulo: Intermeios, 2015.
- [14]. LOCKE, John. Segundo Tratado Sobre O Governo. Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores, V. 18)
- [15]. LYOTARD, Jean-François. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: José Olympio, 2002
- [16]. MCINTYRE, Alasdair. Justiça De Quem? Qual Racionalidade? São Paulo: Loyola, 1991
- [17]. MARX, Karl. As Lutas De Classes Na França (1848-1850). Rio De Janeiro: Global, 1986
- [18]. MARX, Karl. A Guerra Civil Na França. Rio De Janeiro: Global, 1986
- [19]. MARX, Karl E ENGELS, Friedrich. Manifesto Do Partido Comunista. Lisboa: Editorial Avante, 1975
- [20]. MONTESQUIEU, Charles-Louis. Do Espírito Das Leis. Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores, V. 21)
- [21]. MORA, Ferrater. Dicionário De Filosofia. Buenos Aires: Sudamericana, 1971
- [22]. MOUTINHO, Karina. As Teorias Da Ação Racional E Da Ação Planejada: Relações Entre Intenções E Comportamentos. Disponível Em: <https://www.redalyc.org/AcessoEm>: 3 Jan. 2020
- [23]. PARSONS, Talcott. A Estrutura Da Ação Social. Petrópolis: Vozes, 2010
- [24]. PLATÃO. Diálogos. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores, V. 3)
- [25]. POPPER, Karl. A Lógica Da Pesquisa Científica. São Paulo: Cultrix, 1993
- [26]. POULANTZAS, Nicos. O Estado, O Poder, O Socialismo. Rio De Janeiro: Graal, 1985
- [27]. SCHMIDT, Pedro. Comunidade E Comunitarismo: Considerações Sobre A Inovação Da Ordem Sociopolítica. Disponível Em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/AcessoEm>: 4 Jan. 2020
- [28]. SMITH, Adam. Investigação Sobre A Natureza E As Causas Da Riqueza Das Nações. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores, V. 28)
- [29]. TAYLOR, Charles. As Fontes Do Self: A Construção Da Identidade Moderna. São Paulo: Loyola, 1997
- [30]. VÁZQUEZ, Adolfo. Filosofia Da Praxis. São Paulo: Expressão Popular, 2018
- [31]. VINCENT, Andrew. Ideologias Políticas Modernas. Rio De Janeiro: Zahar, 1995
- [32]. VOLTAIRE, François-Marie. Tratado Sobre A Tolerância. São Paulo: Escala, 1999
- [33]. WAIZER, Michael. Da Tolerância. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- [34]. WEBER, Max. Ensaios De Sociologia. Rio De Janeiro: Zahar, 1979

*Professor Aposentado da Academia da Força Aérea, pós-doutorado em educação pela USP e autor de Democracia e Ensino Militar (Cortez) e A Reforma do Ensino Médio e a Formação Para a Cidadania (Pontes)